



TERMO DE FOMENTO Nº 40/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM A SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA - SUDESB E O MOVIMENTO INDÍGENA DA BAHIA - MIBA.

A **SUPERINTENDÊNCIA DOS DESPORTOS DO ESTADO DA BAHIA - SUDESB**, autarquia criada pela Lei Delegada nº 37, de 14.03.83, modificada pelas Leis nºs 4.697 de 15.07.87, 6.074 de 22.05.91 e 9.424 de 27.01.05, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.323.001/0001-19, com sede na Rua dos Radioamadores, 159-357, Pituáçu, Salvador - Bahia, CEP: 41.740-090, representada neste ato por seu Diretor Geral, **VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO**, nomeado pelo Decreto Simples do Governador, publicado no DOE de 27.02.2019, doravante denominada simplesmente **SUDESB** e o **MOVIMENTO INDÍGENA DA BAHIA - MIBA**, CNPJ nº 47.556.807/0001-79, situado na Rod. 367, Km 77, Aldeia Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália, Bahia, CEP: 45807-000, com Estatuto arquivado no Ofício de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, Santa Cruz de Cabrália, sob o nº 288, 28/07/2022, por meio da **Inexigibilidade de Chamamento Público nº 029/2026**, conforme **Processo Administrativo SEI nº 069.1486.2026.0001122-51**, neste ato representada pelo seu Presidente, **Sr. JOSÉ VALÉRIO SILVA MATOS**, portador do documento de identidade nº 896985849, emitido pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 690.060.085-91, residente e domiciliado na Rua Costa da Praia, nº 18, Coroa Vermelha, Santa Cruz Cabrália, Bahia, CEP: 45807-000, doravante denominada **ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC**, formalizam o presente **TERMO DE FOMENTO**, que se regerá pela Lei nº. 13.019/2014, que regulamenta o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as Organizações da Sociedade Civil, e pelo Decreto Estadual nº 17.091/2016, mediante as cláusulas e condições discriminadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

Constitui objeto do presente Termo de Fomento o apoio financeiro para fazer frente às despesas de **infraestrutura, comunicação, material promocional e outros serviços**, do Evento **“JOGOS INDÍGENAS PATAXÓ 2026”**, a ser realizado no período de **17/04/2026 a 21/04/2026**, no Parque Indígena, Praça do Cruzeiro, Aldeia Pataxó, localizado em Coroa Vermelha, Município de Santa Cruz Cabrália, Bahia, conforme detalhado no Plano de Trabalho, ANEXO I.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

O prazo de vigência deste Termo de Fomento será de **90 (noventa) dias** contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do termo inicialmente previsto, de acordo com o Art. 55, da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA TERCEIRA – REPASSE E APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Pela execução do objeto deste Termo de Fomento, a **SUDESB** repassará à **OSC**, após a publicação deste Termo no Diário Oficial do Estado, no prazo e condições constantes deste instrumento a importância global estimada em **R\$ 249.988,00 (Duzentos e quarenta e nove mil e novecentos e oitenta e oito reais)**, **EM PARCELA ÚNICA**, de acordo com o cronograma de desembolso constante no Plano de Trabalho, ANEXO I por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Orçamentária: 21.301 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB.

Unidade Gestora: 0001 - Superintendência de Desportos do Estado da Bahia - SUDESB - Executora.

Função: 27 - Desporto e Lazer.

Subfunção: 811 - Desporto de Rendimento

Programa: 414 - Esporte por Toda Parte

PAOE: 5779 - Promoção de Atividade de Esporte de Alto Rendimento

Região de Planejamento: 9900 - Estado

Natureza da Despesa: 335041000 - Contribuições - Entidades

Destinação de Recurso: 15000100000000000000 - Recursos não Vinculados de Impostos

Valor da Despesa: R\$ 249.988,00 (duzentos e quarenta e nove mil novecentos e oitenta e oito reais)

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os recursos financeiros transferidos pelo Estado da Bahia para a execução do objeto deste Termo de Fomento serão movimentados em conta bancária específica e exclusiva na Caixa Econômica Federal, agência nº 1523, conta corrente nº 000570418238-7, vinculada a este termo.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos de ativos financeiros serão aplicados no objeto da parceria, mediante termo aditivo, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

PARÁGRAFO QUARTO

É vedada a utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto da parceria a que se refere este instrumento, pagamento de despesas efetuadas anterior ou posterior ao período de vigência deste termo, bem como remunerar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

PARÁGRAFO QUINTO

Não será permitida a previsão de despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar.

PARÁGRAFO SEXTO

Toda movimentação de recursos no âmbito da parceria será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

PARÁGRAFO SÉTIMO

Serão admitidos pagamentos em espécie desde que comprovada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência bancária, que deverão estar previstos e justificados no plano de trabalho e, nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, a OSC deverá justificar os motivos na prestação de contas, os quais serão avaliados pela administração pública.

PARÁGRAFO OITAVO

Os pagamentos em espécie estarão restritos ao limite por credor de R\$ 1.800,00 (hum mil e oitocentos reais), levando-se em conta a duração da parceria, não dispensando o registro do credor final da despesa na prestação de contas.

PARÁGRAFO NONO

Poderão ser pagas com recursos vinculados à parceria, entre outras despesas, remuneração de equipe dimensionada no plano de trabalho, diárias, custos indiretos, aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e a contratação de serviços para adequação de espaço físico, observadas as disposições do art. 46 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO DÉCIMO

O processamento das compras e contratações pela OSC feitas com o uso de recursos financeiros provenientes de parceria deverá observar os princípios da impessoalidade, da economicidade e da eficiência, além de observar o disposto no art. 21 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

As cotações de preços deverão conter a identificação das empresas ou pessoas consultadas, com indicação de endereço, número de telefone e números de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ ou Cadastro de Pessoa Física - CPF, de modo a permitir a sua aferição pelos controles interno e externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

A OSC responderá exclusivamente pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no Termo de Fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da OSC em relação ao referido pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

Durante a vigência deste termo é permitido o remanejamento de recursos de custeio constantes do Plano de Trabalho, desde que não altere o valor total da parceria destinado a custeio, devendo a OSC apresentar justificativa para as eventuais variações.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

As parcelas dos recursos transferidos no âmbito da parceria não serão liberadas e ficarão retidas nos seguintes casos:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas neste Termo de Fomento;

III- quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

IV – quando a OSC deixar de apresentar prestações de contas.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

Serão glosados valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

AÇÃO CUMPRIDA - NÃO GLOSA

ACÇÃO CUMPRIDA PARCIALMENTE - GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA ACÇÃO NÃO CUMPRIDA.

ACÇÃO DESCUMPRIDA - GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO

É vedada a redistribuição dos recursos ou de trespasse, cessão ou transferência da execução do objeto a terceiros, ainda que para entidades congêneres, exceto pela atuação em rede, nas condições estabelecidas na legislação vigente.

CLÁUSULA QUARTA – ALTERAÇÃO DO TERMO DE FOMENTO

O presente Termo de Fomento poderá ser alterado a qualquer tempo, a critério da Administração, mediante termo aditivo, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A OSC poderá solicitar a alteração da vigência da parceria mediante formalização e justificativa, a ser apresentada à administração pública em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do seu término e após o cumprimento das demais exigências legais e regulamentares.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A alteração do Termo de Fomento poderá ensejar a revisão do Plano de Trabalho para alteração de valores ou metas, mediante termo aditivo ao plano de trabalho original.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A parceria deverá ser alterada mediante apostila, independentemente de anuência da OSC, para:

I - indicação dos créditos orçamentários;

II - alteração do nome do Gestor da Parceria e alteração da Comissão de Monitoramento e Avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

A alteração do Termo de Fomento pressupõe a manifestação prévia da unidade técnica da administração pública a qual se vincula a parceria mediante justificativa por escrito, apreciação da Procuradoria Jurídica e autorização do Diretor Geral da SUDESB.

PARÁGRAFO QUINTO

Caso haja atraso na liberação dos recursos financeiros, a administração pública promoverá a prorrogação do prazo de vigência do presente Termo de Fomento, independentemente de proposta da OSC, limitado o prazo de prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES DA OSC

Cabem à OSC as seguintes obrigações:

I - executar satisfatória e regularmente o objeto deste Termo de Fomento;

II - prestar contas dos recursos recebidos por meio deste Termo de Fomento;

III - manter escrituração contábil regular;

IV - divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019/2014;

V - manter e movimentar os recursos na conta bancária específica observado o disposto nos arts. 51 e 53 da Lei nº 13.019/2014;

VI - devolver à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria;

VII - dar livre acesso aos agentes da administração pública, ao controle interno e ao Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao Termo de Fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

VIII - responder exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de investimento e de custeio, inclusive as relativas à pessoal;

IX - aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia, bem como zelar pela boa qualidade da execução da parceria, buscando alcançar os resultados pactuados;

X - arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo de qualquer natureza causado à administração pública e terceiros, por sua culpa, ou em consequência de erros, imperícia própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade, bem como ressarcir o equivalente a todos os danos decorrentes de paralisação ou interrupção da parceria, exceto quando isto ocorrer por exigência da administração pública ou ainda por caso fortuito ou força maior, circunstâncias que deverão ser comunicadas no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a sua ocorrência;

XI - manter, em boa ordem e guarda, à disposição da administração pública e dos órgãos de controle interno e externo, todos os documentos originais que comprovem as despesas realizadas no decorrer da parceria, que deverão ser emitidos em nome da OSC Celebrante, devidamente identificados com o número do Termo de Fomento durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da prestação de contas final, ou o prazo que dispuser legislação específica;

XII - observar medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

XIII. não é permitida a atuação em rede para execução desta parceria.

XIV. manter, durante toda a execução da parceria, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas na seleção;

XV. destacar a participação do Governo do Estado e do SUDESB em qualquer ação promocional relacionada ao Termo de Fomento, obtendo previamente o seu consentimento formal;

XVI. utilizar os bens e serviços custeados com recursos da parceria exclusivamente na execução do objeto deste Termo de Fomento;

XVII- caberá às Organizações apresentar os arquivos à Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia (SUDESB) nos moldes indicados neste documento, para garantir que a documentação apresentada, especialmente no momento da prestação de contas, não ultrapasse os limites estabelecidos, evitando, assim, a impossibilidade de inserção dos anexos no sistema SEI/SUDESB.

I. Os documentos para tramitação, como ofícios, comunicações, composições, planilhas, bem como outros atos que resultarão na abertura de processos eletrônicos enviados à SUDESB, devem ser do tipo Portable Document Format (PDF) e estar íntegros e legíveis em sua totalidade;

II. Os limites dos arquivos para um único processo são:

- Média máxima de 200 KB por página;

CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DA SUDESB

A SUDESB, além das obrigações contidas neste Termo de Fomento por determinação legal, obriga-se a:

I - realizar tempestivamente o repasse dos recursos financeiros à OSC;

II - manter, em seu sítio oficial na internet, a relação das parcerias celebradas e dos respectivos planos de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 10 da Lei nº 13.019/2014;

III - divulgar, em seu sítio oficial na internet, os meios de representação sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria;

IV - prestar esclarecimentos e informações à OSC que visem orientá-la na correta execução da parceria, dirimindo as questões omissas neste instrumento assim como lhe dar ciência de qualquer alteração no presente termo;

V - prestar apoio necessário e indispensável à OSC para que seja alcançado o objeto do Termo de Fomento em toda sua extensão e no tempo devido;

VI - proceder à publicação resumida do Termo de Fomento e de seus aditamentos, no Diário Oficial do Estado, no prazo legal de até 10 (dez) dias corridos contados da data de sua assinatura, contendo, obrigatoriamente, a indicação do número de referência do chamamento público ou do ato de fundamentação legal da dispensa ou inexigibilidade, nome das partes, objeto, valor, fonte orçamentária da despesa, prazo de duração e o nome do Gestor da Parceria;

VII - designar Comissão de Monitoramento e Avaliação – CMA, por ato publicado no Diário Oficial do Estado, para monitorar e avaliar o cumprimento do Plano de Trabalho;

VIII - acompanhar e fiscalizar a execução do objeto da parceria;

IX - analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;

X - providenciar a consignação das dotações destinadas a custear este Termo de Fomento no projeto de Lei Orçamentária, assim como estabelecer a sua previsão no planejamento plurianual do Estado.

CLÁUSULA SÉTIMA – ACOMPANHAMENTO, MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Considerando a natureza do objeto da parceria, a SUDESB indica o servidor FERNANDO FERREIRA DE OLIVEIRA JÚNIOR, matrícula 696248, telefone 3198-0553, para avaliação do Projeto.

O Gestor da Parceria será o Coordenador de Excelência Esportiva, UILSON JOSÉ SILVA DE SOUZA, matrícula 92142459, telefone (71) 3198-0554, conforme Portaria nº 009 DE 13 DE MARÇO DE 2025, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 14 de março de 2025.

O responsável da SUDESB, pelo acompanhamento da prestação de contas enviada pela entidade, será a Coordenadora de Contratos e Convênios, IVANILDES MACHADO VILAS BOAS SOUZA, matrícula nº. 69.605102-9, telefone (71) 3198-0526.

Informamos, ainda, a existência de uma Comissão de Monitoramento e Avaliação da parceria, designada conforme Portaria nº 142/2021, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 20 de novembro de 2021, modificada pela Portaria nº 54/2022, publicada no Diário Oficial do Estado no dia 21 de junho de 2022.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A forma de monitoramento e avaliação estará definida no Plano de Acompanhamento, Monitoramento e Avaliação elaborado pelo Gestor da Parceria, que contemplará, dentre outros elementos, o planejamento das atividades contendo as técnicas e instrumentos a serem utilizados nos trabalhos de acompanhamento, monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados em cada atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico de terceiros, de delegação de competência ou de celebração de parcerias com órgãos ou entidades que se situem próximos ao local de aplicação dos recursos, conforme previsto no § 1º do art. 58 da Lei nº 13.019/2014.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O Gestor da Parceria emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria 10 (dez) dias após a execução do projeto, que observará os requisitos dispostos em lei, e o submeterá à Comissão de Monitoramento e Avaliação designada [ou Conselho Gestor, se for o caso], que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas pela OSC.

PARÁGRAFO TERCEIRO

No ato da homologação, a Comissão de Monitoramento e Avaliação poderá gerar recomendações de melhoria da parceria com base nas informações contidas no relatório técnico de monitoramento e avaliação.

PARÁGRAFO QUARTO

O Gestor da Parceria encaminhará relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria homologado ao Diretor Geral da SUDEB e à OSC e providenciará a sua publicação no sítio eletrônico oficial ou na plataforma eletrônica, quando disponível.

CLÁUSULA OITAVA – PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas constitui-se no procedimento de análise e avaliação da execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases: apresentação das contas, de responsabilidade da Organização da Sociedade Civil; análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A prestação de contas apresentada pela Organização da Sociedade Civil ocorrerá de forma: Final, até 90 (noventa) dias após o término da vigência deste instrumento de parceria, podendo este prazo ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado pela OSC e aprovado pela administração pública.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A prestação de contas relativa à execução do Termo de Fomento dar-se-á mediante a apresentação pela OSC do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, na forma prevista no art. 18 do Decreto Estadual nº 17.091/2016.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O custo dos recursos alocados parcialmente na realização do objeto da parceria será determinado mediante rateio, cuja memória de cálculo deverá ser detalhada nos Relatórios de Prestação de Contas, contendo os critérios de rateio, o valor do custo total do recurso e de todas as frações rateadas, com especificação das respectivas fontes provedoras (nome, CNPJ e o número do instrumento de parceria/contrato).

PARÁGRAFO QUARTO

A apresentação dos documentos indicados no parágrafo segundo desta cláusula não obsta que a administração pública solicite outros documentos necessários à avaliação e ao monitoramento da execução da parceria, conforme as especificidades de seu objeto.

PARÁGRAFO QUINTO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise de prestação de contas da parceria, devendo considerar em sua análise os documentos previstos no Plano de Trabalho, o relatório de execução do objeto e, em caso de descumprimento de metas e resultados ou indícios de irregularidade na aplicação dos recursos, o relatório de execução financeira.

PARÁGRAFO SEXTO

Os dados financeiros serão analisados com o intuito de estabelecer o nexos de causalidade entre a receita e a despesa realizada, a sua conformidade e o cumprimento das normas pertinentes.

PARÁGRAFO SÉTIMO

O Gestor da Parceria considerará ainda nas análises de prestações de contas o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, quando houver.

PARÁGRAFO OITAVO

O Gestor da Parceria emitirá parecer técnico de análise da prestação de contas, parte integrante do relatório técnico de monitoramento e avaliação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data

da sua apresentação, prorrogável por igual período desde que devidamente justificado, avaliando-a como:

- a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;
- b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;
- c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias: omissão no dever de prestar contas; descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho; dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico; desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

PARÁGRAFO NONO

A SUDESB aprovará, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a prestação de contas desde que cumpridos o objeto e as metas da parceria, ressalvando a aprovação quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário.

PARÁGRAFO DÉCIMO

Nas hipóteses de prestação de contas avaliada como irregular ou de omissão de prestação de contas, o Gestor da Parceria notificará a OSC, podendo esta:

- a) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período; ou
- b) apresentar recurso, com efeito não suspensivo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação, ao Gestor da Parceria, o qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de 15 (quinze) dias, encaminhará o recurso ao administrador público do órgão ou entidade, para decisão final no prazo de 15 (quinze) dias.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO

O saneamento da irregularidade será realizado por meio do ressarcimento ao erário dos recursos financeiros relacionados com a irregularidade, podendo a OSC solicitar ao Diretor Geral da SUDESB autorização para que o ressarcimento seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no instrumento de parceria e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO

Persistindo a irregularidade após o decurso do prazo para o seu saneamento, o Diretor Geral da SUDESB rejeitará a prestação de contas, instaurará o processo de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II, art. 73 da Lei nº 13.019/2014, cabendo ainda:

I - vedar a transferência de novos recursos;

II - registrar a rejeição e suas causas em sítio oficial na internet, enquanto perdurarem os motivos determinantes da rejeição.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO

A análise das prestações de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades:

I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida;

II - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da OSC em relação a obrigações estabelecidas no Termo de Fomento;

III - quando a OSC deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO

A prestação de contas e todos os atos que dela decorram serão disponibilizados em sítio oficial na internet.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO

A administração pública apreciará a prestação final de contas no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável, justificadamente, por igual período.

CLÁUSULA NONA – RECURSOS HUMANOS

Poderá ser paga com recursos da parceria a remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da OSC, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As despesas com remuneração de equipe previstas no Plano de Trabalho são proporcionais ao tempo efetivamente dedicado à parceria, assim como compatíveis com o valor de mercado e observam os acordos e convenções coletivas de trabalho e, em seu valor bruto e individual, o teto da remuneração do Poder Executivo Estadual.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Nos casos em que a remuneração for paga proporcionalmente com recursos da parceria, a OSC deverá demonstrar na prestação de contas a memória de cálculo do rateio da despesa, vedada a duplicidade ou a sobreposição de fontes de recursos no custeio de uma mesma parcela da despesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO

O pagamento das verbas rescisórias, ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO QUARTO

A contratação de pessoal para execução da parceria será precedida de processo seletivo, observadas a publicidade e a impessoalidade.

PARÁGRAFO QUINTO

O pagamento de remuneração de pessoal contratado pela OSC com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com o poder público.

PARÁGRAFO SEXTO

Fica vedada à administração pública a prática de atos de ingerência direta na seleção e na contratação de pessoal pela OSC ou que direcione o recrutamento de pessoas para trabalhar ou prestar serviços na referida organização.

CLÁUSULA DÉCIMA – RESCISÃO DO TERMO DE FOMENTO

A rescisão do Termo de Fomento poderá ser efetivada:

I - por ato unilateral da administração pública, na hipótese de:

- a) não haver saneamento pela OSC de irregularidades na execução da parceria, após transcurso do prazo previsto para a regularização;
- b) o Estado apresentar razões de interesse público para a rescisão, de alta relevância e amplo conhecimento.

II - por ato unilateral da OSC, na hipótese de:

- a) atrasos dos repasses devidos pela administração pública, superiores a 90 (noventa) dias da data fixada para o repasse, cabendo à OSC notificar a administração, sem prejuízo da obrigatoriedade do Estado da Bahia arcar com as despesas incorridas pela OSC para execução do objeto da parceria;
- b) comprovado desequilíbrio econômico-financeiro do termo de fomento, que inviabilize o cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Trabalho, sem que tenha havido a repactuação da avença.

III - por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A intenção da rescisão deverá ser formalizada no prazo mínimo de 60 (sessenta) dias antes da concretização do ato rescisório.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de rescisão prevista no item a) do inciso I, a autoridade competente da administração pública determinará a imediata instauração de tomada de contas especial e aplicará a sanção prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº. 13.019/2014.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ENCERRAMENTO DA PARCERIA

Ao final da sua vigência ou quando da sua rescisão, o Termo de Fomento será considerado extinto devendo a administração e a OSC prosseguir com as medidas necessárias ao cumprimento das obrigações de encerramento elencadas no parágrafo primeiro desta cláusula.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Quando do encerramento deste Termo de Fomento, independente dos motivos que o ocasionaram, deverá a:

I - OSC:

- a) apresentar, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de acordo com art. 69 caput e § 1º da Lei nº 13.019/2014, a Prestação de Contas Final do período de vigência do Termo de Fomento;
- b) devolver à administração pública os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

II - SUDESB:

apreciar a prestação de contas final apresentada pela OSC no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias contado da data do seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, podendo o prazo ser prorrogado justificadamente por igual período.

PARAGRAFO SEGUNDO

As partes deverão assinar Termo de Encerramento do Termo de Fomento que deverá conter a data efetiva de encerramento das atividades e declaração de cumprimento dos compromissos assumidos pela OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei nº.

13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;
- c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Organização da Sociedade Civil ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no item b.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As sanções estabelecidas nos itens b e c são de competência exclusiva de Secretário Estadual, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após (02) dois anos de aplicação da penalidade.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Prescreve em cinco anos, contados a partir da data da apresentação da prestação de contas, a aplicação de penalidade decorrente de infração relacionada à execução da parceria.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração da infração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

I - A administração pública poderá assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade.

II - Em qualquer hipótese é assegurado à OSC amplo direito de defesa, nos termos da Constituição Federal, sem que decorra direito a indenização.

III - Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei nº 13.019/2014 que não foram mencionados neste instrumento.

IV - Este termo poderá ser denunciado a qualquer tempo.

V - Fica eleito o Foro do Município de Salvador, Estado da Bahia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

VI - E, por estarem assim plenamente de acordo, firmam o presente Termo de Fomento na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Salvador, de de 2026.

VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO
Diretor-Geral da SUDESB

JOSÉ VALÉRIO SILVA MATOS
Presidente da OSC

TESTEMUNHAS

1) _____
(nome e CPF legível)

2) _____
(nome e CPF legível)

ANEXO I
PLANO DE TRABALHO

A IDENTIFICAÇÃO DA OSC:

Nome da OSC: MIBA – Movimento Indígena da Bahia CNPJ:
47.556.807/0001-79

Data de Criação:

Endereço: Rod. 367, Km 77 – Aldeia Coroa Vermelha

Município: Santa Cruz Cabralia (BA)

Telefone: (73) 99123.3722

Endereço eletrônico (e-mail): caciquezeca@gmail.com **Dados**

do Representante Legal

Nome: José Valério Silva Matos

Endereço: Rua Beira Mar, 18 Coroa Vermelha Município:
Santa Cruz Cabralia (BA)

Endereço eletrônico (e-mail): caciquezeca@gmail.com RG:
896985849 Órgão expedidor/UF: SSP/BA CPF:690.060.085-
91

B OBJETO DA PARCERIA

O Objeto da parceria e a realização dos “JOGOS INDÍGENAS PATAXÓ 2026”, vinculado ao Plano Plurianual 2024 a 2027 por meio do:

Programa: 414 – Esporte Por Toda Parte

Compromisso: 01 – Fomentar o esporte de alto desempenho, considerando as vocações territoriais

Indicador: 01. Número de Projetos apoiados - 01 Etapa

C OBJETIVO DA PARCERIA

Disseminar e fortalecer a prática do esporte junto às comunidades indígenas Pataxó, através do projeto JOGOS INDÍGENAS PATAXÓ 2026

D . DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DA PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE OU O

PROJETO PROPOSTO E METAS A SEREM ATINGIDAS

As práticas de atividades físicas e esportivas proporcionam inúmeros benefícios aos cidadãos, tais como a melhoria da saúde física e mental, o desenvolvimento de hábitos saudáveis, o respeito às regras, a solidariedade, o respeito às diferenças, a cooperação e a celebração coletiva. Nesse contexto, o projeto “JOGOS INDÍGENAS PATAXÓ 2026” tem como finalidade promover, por meio da participação e da celebração, o encontro de indígenas da etnia Pataxó, bem como de outras etnias convidadas, em competições de modalidades esportivas tradicionais.

O evento contempla a realização de diversas modalidades, a exemplo de Arremesso de Takape, Zarabatana, Corrida de Tora, Patxiw Mika'way, Corrida Rústica, Natação, Arco e Flecha, Cabo de Guerra, Canoagem, Futebol de Campo, Corrida de Maraká e Prova de Conhecimento, tendo como foco principal a promoção, preservação e difusão das manifestações culturais indígenas, nas quais o esporte se insere como elemento fundamental de identidade, educação e fortalecimento comunitário.

O MIBA – Movimento Indígena da Bahia tem como uma de suas principais atribuições incentivar, defender, promover e fomentar a cultura indígena em âmbito estadual e nacional, por meio da execução de projetos, pesquisas e ações voltadas às atividades comunitárias e de relevante interesse para os povos indígenas. Dentre essas ações destacam-se iniciativas nas áreas de esporte, língua, educação, grafismos e pinturas corporais, etnoturismo, artesanato, agricultura, música, cantos e danças, religiosidade, pesca, jogos e brincadeiras tradicionais, bem como organização social, em seus diversos níveis.

A SUDESB – Superintendência dos Desportos do Estado da Bahia, autarquia vinculada à SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte, tem como objetivo o fomento do desporto, da recreação e do lazer no Estado da Bahia, sendo uma de suas atribuições o apoio técnico e financeiro ao esporte amador. Nesse sentido, o esporte indígena na Bahia vem apresentando crescimento expressivo, fruto da parceria entre entidades representativas, como a Coordenação dos Jogos Indígenas Pataxó, representada pelo MIBA, e o Governo do Estado da Bahia, por meio da SUDESB.

E DESCRIÇÃO DAS AÇÕES E DAS METAS

E.1. AÇÕES

Ação 1. Promover toda estrutura para realização do projeto “JOGOS INDÍGENAS PATAXÓ 2026”

Critério de Aceitação: Contratar Serviços de Estrutura e Logística e Contratar Outros Serviços, conforme discriminados nos itens: 2.2.1 Infraestrutura; e 2.2.4 Outros Serviços, de acordo com a previsão de receitas e despesas

Ação 2. Divulgação do Evento

Critério de Aceitação: Confeccionar material de divulgação e identificação do Projeto, Comprar Material Promocional em conformidade com o Manual de Marcas da SUDESB, quantitativo e especificação técnica, de acordo com o descritivo dos itens: 2.2.2 Comunicação; 2.2.3 Material Promocional de acordo com a previsão de receitas e despesas

As atividades serão realizadas na **Aldeia Coroa Vermelha**, localizada no município de Santa Cruz Cabrália, com a participação estimada de **1000 atletas indígenas, a partir de 15 anos de idade**, provenientes de aproximadamente **30 aldeias**, majoritariamente **Pataxó**, além de outras etnias indígenas convidadas.

O evento contará ainda com cerca de 100 colaboradores, entre dirigentes de equipes, equipe técnica, staff e voluntários, responsáveis pelo apoio à organização e realização das atividades.

Além dos participantes diretos, estima-se um público indireto de aproximadamente 3.000 pessoas por dia de evento, incluindo indígenas, moradores da região e turistas, fortalecendo a integração cultural e a valorização das tradições indígenas.

Um aspecto relevante da realização dos Jogos é a utilização dos resultados das competições como critério de seleção de atletas vencedores, que poderão representar suas comunidades e o Estado da Bahia em edições dos Jogos Mundiais dos Povos Indígenas, contribuindo para o fortalecimento do esporte indígena em âmbito nacional e internacional.

Diante do exposto, e considerando que o esporte indígena constitui uma das manifestações mais significativas para a preservação, valorização e difusão da cultura indígena, a realização dos “Jogos Indígenas Pataxó 2026” encontra-se em consonância com a finalidade institucional da SUDESB, que tem como diretriz o fomento ao esporte no Estado da Bahia. Nesse contexto, o MIBA – Movimento Indígena da Bahia apresenta o Projeto “Jogos Indígenas Pataxó 2026”, com previsão de realização no período de 17 a 21 de abril de 2026.

E.2 INDICADORES, METAS E PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

QUADRO DE INDICADORES, METAS E PARÂMETROS DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO						
Realizar os Jogos Indígenas Pataxó 2026		Indicador	Unidade	Meio de Verificação	Quede. Meta (Ano I)	Parâmetro de Avaliação de Desempenho
OBJETIVO DA PARCERIA	Disseminar e fortalecer a prática do esporte junto às comunidades indígenas Pataxó, através do projeto JOGOS INDÍGENAS PATAXÓ 2026	Indicador 1: N° de atletas participantes:	Atletas Indígenas	Lista de Inscrição	1000	Alcance das Metas: Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida Entre 60% a 79% - Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Metadesempunprida
		Indicador 2: N° de Provas realizadas Provas	Provas	Inscrição e Registro Fotográfico	10	Alcance da Meta: Igual a 100% - MetaCumprida Menor que 100% - Meta Descumprida

--	--	--	--	--	--	--

METAS	Meta 1: Qualificar os atletas nas modalidade integrante	Indicador 5: Modalidades	Modalidades	Relatório Técnico e Registro fotográfico	10	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida
	Meta 2: Premiar Equipes e atletas participante. de cada modalidade	Indicador 4: Atletas Indígenas	Atletas Indígenas	Relatórios de Resultado e Relatório fotográfico	03	Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida

F. FORMA DE EXECUÇÃO DAS AÇÕES E DE CUMPRIMENTO DAS METAS

O projeto “JOGOS INDÍGENAS PATAXÓ 2026” será realizado no período de 17 a 21 de abril de 2026, com as atividades desenvolvidas na Aldeia Coroa Vermelha, no município de Santa Cruz Cabrália (BA). O evento contará com a participação estimada de 1000 atletas indígenas, a partir dos 15 anos de idade, e aproximadamente 100 colaboradores entre dirigentes de equipes, equipe técnica, staff e voluntários.

A celebração constitui o princípio norteador dos Jogos Indígenas Pataxó, uma vez que, na cultura indígena, o valor maior está na participação, na integração e na vivência coletiva, não se restringindo à lógica exclusiva de vencedores e perdedores. Nesse sentido, as competições são compreendidas como momentos de fortalecimento cultural, social e comunitário.

A divulgação do evento será realizada por meio de redes sociais, banners, sacochilas, camisas, bonés e demais materiais gráficos e promocionais, bem como pelos canais oficiais do MIBA – Movimento Indígena da Bahia, todos devidamente personalizados com as logomarcas do Evento, do Estado da Bahia, da SETRE e da SUDESB, em conformidade com as normas de identidade visual institucional.

Para cada modalidade realizada, haverá solenidade de premiação, com a entrega de medalhas e troféus personalizados, também contendo as logomarcas do Evento, do Estado da Bahia, da SETRE e da SUDESB, assegurando a valorização dos atletas participantes e o reconhecimento institucional da parceria.



17 A 21 DE ABRIL

DIA 17

- 14h CHEGADA DAS DELEGAÇÕES
- 16h APRESENTAÇÕES DAS DELEGAÇÕES
- 18h CERIMONIAL DE ABERTURA

DIA 18

- 08h ABERTURA OFICIAL DOS JOGOS
- 09h CORRIDA DE MARAKÁ
- 11h ZARABATANA
- 12h ALMOÇO (MÃGUTXI)
- 14h APRESENTAÇÃO CULTURAL
- 15h ARCO E FRECHA
- 17h ARREMESSO DE TAKAPE
- 19h APRESENTAÇÃO CULTURAL

DIA 19

- 08h APRESENTAÇÃO DAS DELEGAÇÕES
- 09h CABO DE GUERRA

- 10h CORRIDA RUSTICA
- 12h ALMOÇO (MÃGUTXI)
- 14h APRESENTAÇÃO CULTURAL
- 16h CANOAGEM
- 18h APRESENTAÇÃO CULTURAL

DIA 20

- 08h APRESENTAÇÃO DAS DELEGAÇÕES
- 09h LUTA CORPORAL (PATYU MYWKÃËËY)
- 11h CORRIDA DE TORA
- 13h ALMOÇO (MÃGUTXI)
- 15h PREMIAÇÃO
- 17h DESFILE PATAXÓ
- 19h CERIMONIAL DE ENCERRAMENTO

DIA 21

- 09h RODA DE CONVERSA COM LIDERANÇAS E A JUVENTUDE SOBRE DIVERSOS ASSUNTOS RELACIONADOS AO TERRITÓRIO
- 13h ALMOÇO (MÃGUTXI)

G.CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

ITEM	ATIVIDADES	DATA/PERÍODO
1	Elaboração do Projeto	Fevereiro 2026
2	Divulgação do Evento	Março e Abril de 2026
3	Início das Atividades	17 de abril de 2026

4	Jogos	17 de abril de 2026 18 de abril de 2026 19 de abril de 2026 20 de abril de 2026 21 de abril de 2026
5	Solenidade de Premiação	18 de abril de 2026 19 de abril de 2026 20 de abril de 2026 21 de abril de 2026
6	Prestação de Contas	Maio de 2026

H. PARÂMETROS PARA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Alcance das Metas:

Maior ou igual a 80% - Meta Cumprida

Entre 60% a 79%- Meta cumprida parcialmente Menor ou igual a 59% - Meta Descumprida

Alcance da Meta: Igual a 100% - Meta Cumprida Menor que 100% - Meta Descumprida

I. PARÂMETROS PARA GLOSA

Serão glosados valores relacionados às ações e resultados descumpridos sem justificativa suficiente, de acordo com os parâmetros abaixo:

AÇÃO CUMPRIDA – NÃO GLOSA

AÇÃO CUMPRIDA PARCIALMENTE – GLOSA O VALOR EQUIVALENTE AO ITEM DA AÇÃO NÃO CUMPRIDA.

AÇÃO DESCUMPRIDA – GLOSA 100% DO ITEM CUSTEADO J PERÍODO DE EXECUÇÃO, VIGÊNCIA E PRESTAÇÃO DE CONTAS.

J. Período de Execução: 17/04/2026 a 21/04/2026

Vigência: 90 (noventa) dias

Prestação de Contas: 90 (noventa) dias após o término da Vigência.

K. PREVISÃO DE RECEITAS E DE DESPESAS

PREVISAO DE RECEITAS E DESPESAS					
1.	Receitas				TOTAL
1.1	Recursos Recebidos				249.98800
1.2	Rendimentos Financeiros				0,00
Total Geral de Receitas					249.988,00
2.	Despesas				TOTAL
2.1	Despesas com Recursos Humanos				
2.1.1	Remuneração da equipe				
2.1.1.1	Salários				0,00
2.1.1.2	Vale Transporte				0,00
2.1.1.3	Alimentação				0,00
	Subtotal (Remuneração da equipe)				0,00
2.1.2	Encargos Sociais				
2.1.2.1	INSS (27,8%)				0,00
2.1.2.2	FGTS (8%)				0,00
2.1.2.3	FGTS Multa Rescisória (40%)				0,00

2.1.2.4	Recisão de Trabalho (Saldo de Salário, Aviso Prévio, outros)				0,00
2.1.2.5	PIS sobre a Folha de Pagamento (1%)				0,00
2.1.2.6	1/3 sobre Férias				0,00
2.1.2.7	13 Salário				0,00
2.1.2.8	Férias Indenizadas				0,00
2.1.2.9	IRRF				0,00
2.1.2.10	ISSQN				0,00
2.1.2.11	FGTS (8%) 13º Salário				0,00
2.1.2.12	INSS (27,8%) 13º Salário				0,00
2.1.2.13	INSS Autônomo 20%				0,00
	Subtotal (Encargos Sociais)				0,00
	Subtotal (Recursos Humanos)				0,00
2.2	Custos Diretos	Diária	Quant.	Valor unit.	Valor total
2.2.1	INFRAETRUTURA				

2.2.1.1	MONTAGEM E DESMONTAGEM DE ARENA COM ESTRUTURA DE ARQUIBANCADA PARA 300 PESSOAS, ISOLAMENTO DE ÁREA DE 50 X 40 M COM CERCA.01 SALA 4x4 COM AR CONDICIONADO 04 SALAS 2x3 COM TENDA 4x3 EM OCTÓGONO, 05 TENDAS BRANCAS 5 X 5, ESTRUTURA DE Q30 3X4 METÁLICA	4	1	20.000,00	80.000,00
2.2.1.2	LOCAÇÃO DE SONORIZAÇÃO - 04 GRAVES 21 POLEGADAS - 08 LINES 6 POLEGADAS - 20 LINES SLEN 4 POLEGADAS - 02 RETORNOS ATIVOS 600w - 04 AMPLIFICADORES 8.000 watts - 02 AMPLIFICADORES 6.000 watts - 01 CONSOLE DIGITAL x32 BENRINGER - 01 PROCESSADOR BENRINGER - 03 MICROFONES SEM FIO - 01 MICROFONES COM FIO - 01 MP3 PLAYER	4	1	4.000,00	16.000,00
2.2.1.3	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO - 12 PAR 64 VDE LED, - 08 BEAM 5R, STROBO - 01 MAQUINA DE FUMAÇA - 05 HQI DE 400w watts - 10 PAR 38 DE 100 watts - 20 DICROICA DE 50 watts - 05 SET LIGHTS DE 500 watts, BIM BIM.	4	1	2.000,00	8.000,00
2.2.2	COMUNICAÇÃO (divulgação / identidade)				
2.2.2.1	PANFLETOS TAM. A4 / 90g / UV TOTAL 4X4 COR / IMPRESSÃO OFFSET	1	30.000	0,50	15.000,00
2.2.2.2	CONFECÇÃO DE LONA VINÍLICA PERSONALIZADA 400G IMPRESSA DIGITALMENTE POR PROCESSO UV EM LONA VINIL BRILHANTE DE ALTA QUALIDADE COMPOSTA POR POLIÉSTER E PVC, FORMATO 4,00 X 2,00M COM BAINHA E ACABAMENTO EM ILHOSES DE ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA	1	4	1.050,00	4.200,00

2.2.2.3	CONFEÇÃO DE LONA VINÍLICA PERSONALIZADA 400G IMPRESSA DIGITALMENTE POR PROCESSO UV EM LONA VINIL BRILHANTE DE ALTA QUALIDADE COMPOSTA POR POLIÉSTER E PVC, FORMATO 3,00 X 1,50M COM BAINHA E ACABAMENTO EM ILHOSES DE ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA	1	6	800,00	4.800,00
2.2.2.4	CONFEÇÃO DE LONA VINÍLICA PERSONALIZADA 400G IMPRESSA DIGITALMENTE POR PROCESSO UV EM LONA VINIL BRILHANTE DE ALTA QUALIDADE COMPOSTA POR POLIÉSTER E PVC, FORMATO 6,00 X 1,50M COM BAINHA E ACABAMENTO EM ILHOSES DE ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA	1	4	1.022,00	4.088,00
2.2.2.5	CONFEÇÃO DE LONA VINÍLICA PERSONALIZADA 400G IMPRESSA DIGITALMENTE POR PROCESSO UV EM LONA VINIL BRILHANTE DE ALTA QUALIDADE COMPOSTA POR POLIÉSTER E PVC, FORMATO 5,00 X 1,00M COM BAINHA E ACABAMENTO EM ILHOSES DE ALUMÍNIO DE ALTA RESISTÊNCIA	1	1	900,00	900,00
2.2.3	MATERIAL PROMOCIONAL				
2.2.3.1	CAMISETA GOLA CARECA, MANGA CURTA COLORIDA COM APLICAÇÃO DE ESTAMPA 100% ALGODÃO	1	1000	24,00	24.000,00
2.2.3.2	CAMISA GOLA POLO COM APLICAÇÃO DE ESTAMPA 100% ALGODÃO	1	100	50,00	5.000,00
2.2.3.3	BOLSA POLIÉSTER MEDINDO 41X36X9,5CM COM DUAS ALÇAS IMPRESSÃO DIGITAL 4/4 ACABAMENTO VINCADO COM DOBRAS.	1	1000	18,00	18.000,00
2.2.3.4	BONÉ ABA CURVA, CONFECCIONADO EM BRIM, 100% ALGODÃO, DE PRIMEIRA LINHA, COM PRESILHA AJUSTAVEL, COM ESTAMPA PERSONALIZADA.	1	1000	10,00	10.000,00

2.2.4	OUTROS SERVIÇOS				
2.2.4.1	FORNECIMENTO DE MARMITEX PARA ATLETAS, STAFF E EQUIPE TÉCNICA.	1	3000	20,00	60.000,00
	Subtotal (Custos Diretos)				249.988,00
Total Geral de Despesas					249.988,00

L. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANO	PARCELA ÚNICA
ABRIL 2026	R\$ 249.988,00 (Duzentos e quarenta e nove mil, novecentos e oitenta e oito reais)

Este ajuste será liberado em parcela única, após a publicação do Termo de Fomento no Diário Oficial do Estado, visando à execução do projeto "JOGOS INDÍGENAS PATAXÓ 2026" no período de 17/04/2026 a 21/04/2026

Salvador, de de 2026.

VICENTE JOSÉ DE LIMA NETO
Diretor-Geral da SUDESB

JOSÉ VALÉRIO SILVA MATOS
Presidente da OSC

WILSON JOSÉ SILVA DE SOUZA
Coordenador De Excelência Esportiva e Gestor da Parceria



Documento assinado eletronicamente por **Elisabete Costa Guimarães Dantas, Procurador Chefe**, em 15/04/2026, às 15:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Ferreira De Oliveira Junior, Assessor Administrativo**, em 15/04/2026, às 16:26, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **José Valério Silva Matos, Usuário Externo**, em 15/04/2026, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



Documento assinado eletronicamente por **Vicente José de Lima Neto, Diretor Geral**, em 15/04/2026, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 13º, Incisos I e II, do [Decreto nº 15.805, de 30 de dezembro de 2014](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://seibahia.ba.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **00137283893** e o código CRC **F2F3B43C**.
